

RELATÓRIO DA REUNIÃO DO COLEGIADO DE CONTADORES PÚBLICOS E CONTROLADORES INTERNOS COM O TCE

Cidade: Florianópolis/SC

Local: Auditório do TCE

Data: 30/06/2009

Nos dias 29 e 30 de junho de 2009 se realizou a 1ª reunião dos Colegiados de Contadores Públicos e Controladores Internos Municipais com a participação do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina.

Encaminhamentos da pauta:

1- Depreciação, Provisão de 13º Salário e Provisão de Dívida Ativa:

O TCE colocou que entende estarem corretos os procedimentos contábeis apresentados **nos manuais da STN**, porém vai deixar como **opcional (facultativo)** fazer ou não os lançamentos contábeis ligados a estes assuntos, até que seja adotado o novo plano de contas em 2013.

2- Prazo de encaminhamento da Lei de Diretrizes Orçamentárias, PPA e LOA:

Ficou combinado novamente **que o TCE aceitará a data de entrega do PPA, LDO e LOA, que cada município vem seguindo**, salientando que a referida data deve estar amparada pela Lei Orgânica Municipal. o TCE não aceitará alterações de data através de Lei Ordinária ou Decreto.

3- Regularidade/irregularidades dos demonstrativos contábeis e prazos de encaminhamento dos Balanços anuais e e-Sfinge; Decisão Normativa 06/2008:

Quanto a **regularidade/irregularidade** dos demonstrativos contábeis, o TCE antes de dar o parecer sobre as contas anuais, vai dar vistas aos municípios para oportunizar a correção.

E, quanto aos **prazos de encaminhamento**, foi colocado aos técnicos da DMU que existem casos da não emissão **da CND** do e-Sfinge pelo atraso de entrega ao TCE mesmo sendo do TCE o problema que causou o atraso.

Como solução para o problema foi solicitado que quando ocorrer este tipo de problema o Município deve fazer contato com a DMU via e-mail para que a mesma possa analisar cada caso e então tomar as medidas necessárias para solucionar o problema. A FECAM se coloca a disposição para auxiliar os municípios neste trâmite.

Os prazos de encaminhamento dos **Demonstrativos Contábeis**, foi argumentado pelos membros do colegiado que muitas vezes se perde o prazo de envio por estarem reféns das empresas de contabilidade que atrasam a atualização correção ou liberação de alguns relatórios.

O TCE sugeriu que quando ocorrer este tipo de problema que se avise o mesmo do fato para então haver uma substituição futura do relatório.

Argumentou também que simplesmente encaminhar um **balanço errado** para cumprimento de prazo não resolve o problema, pois será contada como data de entrega a data em que se encaminha o balanço correto, que no caso passou a ser entregue atrasado.

4- Alterações no e-Sfinge para 2010:

Detalhamento do Elemento 11 - A equipe da DMU se comprometeu a fazer uma análise dos detalhamentos existentes hoje e excluir o que considerar desnecessário;

Tabela de Fontes de Recurso – Será verificada a possibilidade de junção das tabelas de fonte de recursos;

Lançamentos Contábeis – A partir de 2010 serão exigidos os lançamentos contábeis no s-Esfinge;

Detalhamento do elemento de despesa para empenhos aos Consórcios: se estuda a possibilidade de empenhos efetuados na modalidade 71 serem efetuados até o nível do elemento não sendo necessária a utilização do detalhamento.

É bom lembrar que hoje os recursos repassados aos Consórcios devem ser empenhados no detalhamento 99 como, por exemplo, 3.1.71.11.99, 3.3.71.39.99 ou ainda 4.4.71.52.99.

As alterações do e-Sfinge devem ser apresentadas até o início de setembro de 2009.

5- Parecer do Controle Interno sobre a legalidade dos atos de admissão e aposentadoria:

O TCE argumentou que apenas analisa os atos de aposentadoria, que devem ser encaminhados ao TCE com o parecer do Controle Interno.

Os atos de aposentadorias dos municípios devem ser encaminhar ao TCE:

- a) atos de aposentadoria posteriores a 05/10/1988;
- b) por invalidez, atos posteriores a 31 de dezembro de 2004.

As admissões de servidores efetivos devem receber o parecer do Controle Interno sobre sua legalidade, devendo ficar arquivado na prefeitura para uma possível verificação, conforme estabelece a Instrução Normativa nº TC-07/2008.

6- Forma de Contratação do PSF:

Apesar do STF não aceitar a contratação em dois regimes diferentes dentro do Município o TCE entende que as contratações do PSF devem ser consideradas como emprego público sendo adotada a CLT como regime de contratação. Esta argumentação se dá pelo fato de o Programa de Saúde da Família ser mantido parcialmente com recursos da União e se ocorrer o cancelamento do programa o Município tem como exonerar os empregados, o que não aconteceria se estes fossem efetivos.

A DMU sugeriu que seja realizada uma nova consulta ao TCE sobre o assunto.

7- Diário Oficial Eletrônico do TCE:

Estava ocorrendo a perda de prazos de apresentação de defesa nos casos de reapreciação ou recurso de processos contra prefeitos, em virtude dos ofícios de intimação estarem chegando muito depois da publicação dos processos no Diário Oficial Eletrônico e o prefeito perdia o prazo de defesa.

Para resolver o problema o TCE definiu que vai passar a publicar os processos no DOE cinco dias após a emissão das cartas de intimação gerando tempo hábil para o recebimento do AR antes da publicação.

8- Ciclo de Estudos:

Os representantes dos Colegiados manifestaram sua insatisfação dos municípios quanto a forma de realização do último ciclo de estudos, colocando que o ciclo deveria ter oficinas técnicas como no formato dos anos anteriores.

O representante do Instituto de Contas – ICON reconheceu que a forma anterior é mais produtiva e explanou o desejo do TCE-SC em fazer vídeos-aula com assuntos específicos nas microrregionais, sendo que este ano ainda será realizada a primeira aula teste.